



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SENADO FEDERAL)

ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º _____

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

DESPACHO: JUSTIÇA = TRABALHO.

À COM. DE CONST. E JUSTIÇA em 22 de setembro de 1986

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado, em 19
O Presidente da Comissão de Justiça e Redação
Ao Sr., em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr., em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr., em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr., em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr., em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr., em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr., em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr., em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr., em 19
O Presidente da Comissão de

PROJETO N.º 8.239 DE 1986

SINOPSE

Projeto n.º _____ de _____ de _____ de 19____

Ementa: _____

Autor: _____

Discussão única _____

Discussão inicial _____

Discussão final _____

Redação final _____

Remessa ao Senado _____

Emendas do Senado aprovadas em _____ de _____ de 19____

Sancionado em _____ de _____ de 19____

Promulgado em _____ de _____ de 19____

Vetado em _____ de _____ de 19____

Publicado no "Diário Oficial" de _____ de _____ de 19____



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL N°

01

CASA	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	ETASP	PL	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	buiza
			8279	1986	22	08	1991	

Distribuído à dep. Maria Leandra.

SGM 20.32.0014.4 - JUN/84



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL N°

02

CASA	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	ETASP	PL	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	buiza
			8.279	1986	25	09	1991	

Devolvido pelo Relator, parecer: Favorável.

SGM 20.32.0014.4 - JUN/84



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL N°

03

CASA	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CTASP	PL	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	Diógenes
			8.279	1986	12	12	1991	

Aprovado unanimemente parecer do relator.

SGM 20.32.0014.4 - JUN/84



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL N°

04

CASA	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CTASP	PL	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	Diógenes
			8.279	1986	20	04	1992	

Encaminhado à CCP.

SGM 20.32.0014.4 - JUN/84

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJETO DE LEI Nº 8.279, de 1986
(DO SENADO FEDERAL)

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE TRABALHO).

de Trabalho.

em 19.09.86.

[Handwritten signature]



Redistribua-se as Comissões: (Res. 6/89)

1. Constituição e Justiça e Redação

2. Trabalho.

3. -----

[Handwritten signature]

Em 16 / 06 / 89.

Presidente

8.279/86

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O art. 901 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 901 -

Parágrafo único - Salvo quando estiver correndo prazo comum, aos procuradores das partes será permitido ter vista dos autos fora do cartório ou secretaria."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 18 DE SETEMBRO DE 1986

[Handwritten signature of José Fragelli]

SENADOR JOSÉ FRAGELLI

PRESIDENTE

MGS.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (aprovada pelo
Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943)

.....

TÍTULO X

**DO PROCESSO JUDICIÁRIO DO
TRABALHO**

Capítulo VI

Dos recursos

Art. 901. Sem prejuízo dos prazos
previstos neste capítulo, terão as partes
vistas dos autos em cartório ou na secre-
taria.

S I N O P S E

Projeto de Lei do Senado nº 67/81

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho,, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Apresentado pelo Senhor Senador Humberto Lucena.

Lido no expediente da Sessão de 22/04/81, e publicado no DCN (Seção II) de 23/04/81.

Distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

Em 11/03/83, é arquivado nos termos do art. 337/83, da RI.

Em 07/04/83, é incluído em Ordem do Dia o RQS Nº 331/83, de autoria do Senhor Senador Humberto Lucena, lido em 16/03/83, de desarquivamento do PLS Nº 067/81. É aprovado o RQS Nº 331/83, de desarquivamento do Projeto.

Em 10/10/84, são lidos os seguintes Pareceres:

Nº 591/84, da Comissão de Constituição e Justiça, relatado pelo Sr. Senador Guilherme Palmeira, pela constitucionalidade e juridicidade. Nº 592/84, da Comissão de Legislação Social, relatado pelo Sr. Senador Hêlio Gueiros, pela sua aprovação. É incluído em Ordem do Dia, digo, aguardando inclusão Ordem do Dia.

Em 30/06/86, é incluído em Ordem do Dia. Aprovado, em 1º turno.

Em 12/08/86, é incluído em Ordem do Dia. Aprovado, em 2º turno. É aprovado o parecer do Relator, oferecendo a redação final do projeto. É lido o Parecer nº 897/86, da Comissão de REdação. Aguardando inclusão Ordem do Dia.

Em 16/09/86, é incluído em Ordem Do Dia. Aprovada a redação final.

À Câmara dos Deputados com o Ofício SM-Nº.568, de 18.09,86

MGS.

S I N O P S E

Projeto de Lei do Senado nº 67/81



Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho,, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Apresentado pelo Senhor Senador Humberto Lucena.

Lido no expediente da Sessão de 22/04/81, e publicado no DCN (Seção II) de 23/04/81.

Distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

Em 11/03/83, é arquivado nos termos do art. 337/83, da RI.

Em 07/04/83, é incluído em Ordem do Dia o RQS Nº 331/83, de autoria do Senhor Senador Humberto Lucena, lido em 16/03/83, de desarquivamento do PLS Nº 067/81. É aprovado o RQS Nº 331/83, de desarquivamento do Projeto.

Em 10/10/84, são lidos os seguintes Pareceres:

Nº 591/84, da Comissão de Constituição e Justiça, relatado pelo Sr. Senador Guilherme Palmeira, pela constitucionalidade e juridicidade.

Nº 592/84, da Comissão de Legislação Social, relatado pelo Sr. Senador Hêlio Gueiros, pela sua aprovação. É incluído em Ordem do Dia, digo, aguardando inclusão Ordem do Dia.

Em 30/06/86, é incluído em Ordem do Dia. Aprovado, em 1º turno.

Em 12/08/86, é incluído em Ordem do Dia. Aprovado, em 2º turno. É aprovado o parecer do Relator, oferecendo a redação final do projeto. É lido o Parecer nº 897/86, da Comissão de REdação. Aguardando inclusão Ordem do Dia.

Em 16/09/86, é incluído em Ordem Do Dia. Aprovada a redação final.

À Câmara dos Deputados com o Ofício SM-Nº.568, de 18.09,86

COORDENAÇÃO
PR



SNINº568

Em 18 de setembro de 1986

Senhor Primeiro Secretário,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 58, da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 67, de 1981, constante dos autógrafos juntos, que "acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e mais distinta consideração.

SENADOR JORGE KALUME

Secretário, adjunto

A Sua Excelência o Senhor Deputado HAROLDO SANFORD
DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados.

MTB.



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, de 1981

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescentado ao art. 901 da vigente Consolidação das Leis do Trabalho o seguinte parágrafo único:

“Parágrafo único. Salvo quando estiver correndo prazo comum, aos procuradores das partes será permitido ter vista dos autos fora do cartório ou secretaria.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Trata o projeto de reparar uma lacuna da vigente Consolidação das Leis do Trabalho que, em seu art. 901, prevê apenas o direito de vista dos autos às partes.

É claro que falando “partes”, a CLT estaria querendo dizer e abranger também os procuradores das partes. Mas, o defeito, a lacuna, é que o texto desse art. 901 estabelece uma limitação inaceitável quando se trata de advogado, qual seja a de a *vista* dos autos ser *no* cartório ou na secretaria do tribunal.

Ora, o Estatuto da OAB e mesmo os direitos e deveres dos advogados não se compadecem com tal restrição ao livre exercício profissional. O advogado deve ter amplo acesso aos autos para a elaboração da defesa dos interesses do cliente e quando isto não acontece, cerceada estará tal defesa.

Por isto que o projeto, ressaltando apenas o caso de prazo comum para ambas as partes, quando de fato se justifica a proibição de saída dos autos, determina que aos procuradores será permitido ter vista dos autos fora do cartório ou da secretaria.

Sala das Sessões, 22 de abril de 1981. — *Humberto Lucena.*

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

.....
Art. 901. Sem prejuízo dos prazos previstos neste Capítulo, terão as partes vistas dos autos em cartório ou na secretaria.
.....

(Às Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

Publicado no DCN (Seção II), de 23-4-81

Lote: 62
Caixa: 228

PL Nº 8279/1986

9



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 331, de 1983

Nos termos do disposto no art. 367 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do PLS nº 67/81 que acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, feita a reconstituição do processo, se necessária.

Sala das Sessões, 16 de março de 1983. — *Humberto Lucena.*

Publicado no DCN (Seção II), de 17-03-83



SENADO FEDERAL

PARECERES N.ºs 591 e 592, de 1984

Sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 67, de 1981, que "acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho".

PARECER N.º 591, DE 1984

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Guilherme Palmeira

O projeto em exame tem como pleito acrescentar parágrafo (único) ao art. 901 da Consolidação das Leis do Trabalho, no sentido de suprir omissão injustificada e inadmissível, que se constitui em ofensa ao livre exercício da advocacia, qual seja a de impedir que os advogados tenham vista dos processos fora dos cartórios ou secretarias.

O parágrafo que se pretende acrescentar ao art. 901, da CLT, objetiva modificar essa situação, determinando que os procuradores, salvo do caso de decurso de prazo comum, terão vista dos autos fora do Cartório ou da Secretaria, por entender o autor da proposição, Senador Humberto Lucena, que "o advogado deve ter amplo acesso aos autos para a elaboração da defesa do cliente".

A proposta do Senador Humberto Lucena ajusta o art. 901 ao disposto no art. 778, ambos da CLT, os quais na redação atual, de certa forma, são conflitantes, tornando, assim, imperativa a modificação sugerida.

A medida postulada não constitui inovação na espécie, nem afronta a qualquer norma da nossa Lei Maior e, por se tratar de matéria processual, recomendamos sua aprovação, também, quanto ao mérito.

Sala da Comissão, 24 de agosto de 1983.
— Murilo Badaró, Presidente — Guilherme Palmeira, Relator — Aderbal Jurema — José Fragelli — José Ignácio — Passos Pôrto — Alfredo Campos — Hélio Gueiros.

PARECER N.º 592, DE 1984

Relator: Senador Hélio Gueiros

Visa o projeto em estudo a acrescentar ao artigo 901, da Consolidação das Leis do Trabalho parágrafo único com a seguinte redação:

"salvo quando estiver correndo prazo comum, aos procuradores das partes será permitido ter vista dos autos fora do cartório ou secretária."

Aborda o eminente Senador Humberto Lucena uma questão bastante controvertida e que muita discussão, por certo inútil, tem causado entre partes, advogados ou procuradores e os serventuários dos cartórios da Justiça do Trabalho.

É que, muitas vezes, sem o conhecimento jurídico desejável, as serventias daquela Justiça se recusam, com base no artigo 901 da CLT, a ceder os autos dos processos aos advogados das partes, para que tenham "vista", formulem recursos ou respondam a despachos interlocutórios.

Sucedo que a Consolidação, como se diz, há muito tempo, se transformou numa colcha de retalhos. As alterações parciais, alguns casuísmos, a legislação paralela, a revogação "implícita" de vários de seus dispositivos, tornaram-na um texto amorfo, descontínuo e, o que é pior, por vezes contraditório e ambíguo.

No caso, por exemplo, a Lei n.º 6.598, de 1.º/12/78, ao dar nova redação ao artigo 778, teria criado um conflito com o mencionado artigo 901, pois passou a permitir a "saída" dos autos dos cartórios desde que solicitados "por advogado regularmente constituído por qualquer das partes".

Além disso, convém ter presente o disposto no inciso XVII, do art. 89, da Lei núme-



ro 4.215, de 1963 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil) que assegura ao advogado o direito de retirar os autos dos processos de qualquer cartório ou repartição competente.

Aparentemente a questão ficaria assim decidida: pelo artigo 901, as partes, isto é, os próprios interessados — empregados e empregadores — não podem retirar os autos do cartório pelo artigo 778, somente os advogados podem fazê-lo. Como essa solução, nem sempre, é adotada, temos que o acréscimo do parágrafo único, a que se re-

fere o presente projeto, é perfeitamente válido, pois que dirime, definitivamente, quaisquer dúvidas, embora ampliando, ainda mais, o número de texto sobre o assunto.

Assim sendo, damos nosso apoio ao projeto, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 1984.
— **Juthy Magalhães**, Presidente — **Hélio Gueiros**, Relator — **Carlos Lyra** — **Jorge Kalume** — **Almir Pinto** — **Gabriel Hermes**.

Publicados no DCN (Seção II) de 11-10-84.

Caixa: 228
Lote: 62
PL Nº 8279/1986
11

COMISSÃO DE REDAÇÃO
PARECER Nº 897, DE 1986



Redação final do Projeto de
Lei do Senado nº 67, de 1981.

*Aprovado, em 16.9.86
à Câmara do Espetáculo
sem emenda*

R E L A T O R: Senador NIVALDO MACHADO

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de
Lei do Senado nº 67, de 1981, que acrescenta dispositivos à Conso-
lidação das Leis do Trabalho.

Sala de Reuniões da Comissão, 12 de setembro de 1986

JORGE KALUATE

, PRESIDENTE

NIVALDO MACHADO

Nivaldo Machado RELATOR

OCTÁVIO CARDOSO



Redação final do Projeto de
Lei do Senado nº 67, de 1981.

Acrescenta dispositivos à
Consolidação da Leis do Trabalho, a
provada pelo Decreto-lei nº 5 452 ,
de 1º de maio de 1943.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O art. 901 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 901 -

Parágrafo único - Salvo quando estiver correndo prazo comum, aos procuradores das partes será permitido ter vista dos autos fora do cartório ou secretaria."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.



SM Nº 568

Em 18 de setembro de 1986

Senhor Primeiro Secretário,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 58, da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 67, de 1981, constante dos autógrafos juntos, que "acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e mais distinta consideração.

SENADOR JORGE KALUME

Secretário, adjunto

A Sua Excelência o Senhor Deputado HAROLDO SANFORD
DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados.

MTB.



Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O art. 901 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

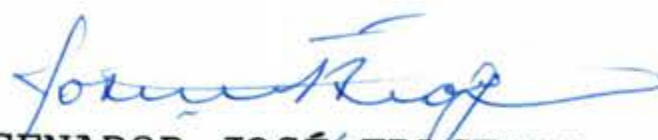
"Art. 901 -

Parágrafo único - Salvo quando estiver correndo prazo comum, aos procuradores das partes será permitido ter vista dos autos fora do cartório ou secretaria."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 18 DE SETEMBRO DE 1986


SENADOR JOSÉ FRAGELLI
PRESIDENTE

MGS.

RESOLUÇÃO NUMERO 06, de 04 de Abril de 1989

Determina o arquivamento das proposições que menciona.

A CÂMARA DOS DEPUTADOS resolve:

Art. 1o. - Das proposições que se encontravam em tramitação no dia 4 de outubro de 1988, ficam arquivadas as seguintes, tenham ou não parecer:

a) as de iniciativa de deputados ou de Comissão permanente; e

b) as que, iniciadas na forma da alínea a, foram emendadas no Senado Federal.

Parágrafo único - Não estão sujeitos ao arquivamento os projetos que, embora na situação prevista no caput deste artigo, sofreram anexação de outros apresentados a partir de 5 de outubro de 1988.

Art. 2o. - Fica facultado ao autor, no prazo de 30 (trinta) dias da promulgação desta Resolução, requerer o desarquivamento das proposições referidas no art. 1o., caso em que se fará nova distribuição, mantendo-se, porém, o número original e sua procedência para todos os efeitos regimentais.

Art. 3o. - As proposições da iniciativa de outros poderes ou do Senado Federal, que se encontravam em tramitação no dia 4 de outubro de 1988, serão remetidas à Mesa para efeito de redistribuição, considerando-se não escritos os pareceres emitidos até aquela data.

Art. 4o. - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5o. - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, em 4 de abril de 1989

**Deputado PAES DE ANDRADE
Presidente da Câmara dos Deputados**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

E R R A T A

(Republica-se em virtude de novo despacho do Sr. Presidente - Art. 2º da Resolução nº 06/89)

Na ementa, onde se lê:

**PROJETO DE LEI
Nº 8.279, de 1986**

(Do Senado Federal)

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho.)

Leia-se:

**PROJETO DE LEI
Nº 8.279, de 1986**

(Do Senado Federal)

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO; E DE TR
BALHO)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(Substit. p/ Parecer d
Novo Relator)
(este não foi apreciado pelo
CCJR)

15



PROJETO DE LEI Nº 8.279, DE 1986.

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis
do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº
5.452, de 1º de maio de 1943.

AUTOR : SENADO FEDERAL

R E L A T Ó R I O

Este projeto acrescenta parágrafo único ao art. 901 da C.L.T., para estabelecer que "salvo quando estiver correndo prazo comum, aos procuradores das partes será permitido ter vista dos autos fora do cartório ou secretaria".

V O T O D O R E L A T O R

O turno de revisão, na feitura das leis, está previsto no art. 58 da Lei Maior, e a matéria constante desta proposição pode, perfeitamente, ser objeto de iniciativa parlamentar (art. 56) e expressa em lei ordinária (art. 46 item III). Outrossim, é assunto da atribuição do Congresso Nacional (art. 43, caput) e da competência legislativa da União (art. 8º, item XVII, alínea "b").

Quanto ao mérito, sou pela aprovação do projeto por ser o mesmo oportuno e conveniente. Existe uma contradição entre o Estatuto da Ordem dos Advogados (Lei 4215) e o art. 901 da C.L.T., quanto à vista dos autos. Parece-me evidente que não se pode cercear o profissional, devidamente habilitado, a ter a vista dos autos fora do cartório ou Secretaria.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

16



Ao esclarecer esta controvérsia, esta proposição ' contribui para o aperfeiçoamento de nossas instituições jurídico-processuais.

Pelo exposto, voto pela constitucionalidade, juridi cidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação ' do Projeto de Lei nº 8.279/86.

Sala da Comissão, em

Deputado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI Nº 8.279, DE 1986

"Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".

AUTOR: SENADO FEDERAL

RELATOR: Deputado EDÉSIO PASSOS

I - RELATÓRIO

O ilustre Senador Humberto Lucena propõe 'acréscimo de parágrafo único ao art. 901 da Consolidação das Leis do Trabalho, com o objetivo de permitir aos procuradores das partes a retirada dos autos do cartório ou secretaria.

Na Comissão de Constituição e Justiça do 'Senado Federal, o Senador Hélio Gueiros, que pediu vista do processo, observou que, originariamente, a CLT não permitia a retirada dos autos da secretaria, mas que, através da Lei nº 6.598, de 1º de dezembro de 1978, deu-se nova redação ao art. 778, que passou a ostentar a seguinte redação:



CÂMARA DOS DEPUTADOS



"Art. 778. Os autos dos processos da Justiça do Trabalho não poderão sair dos cartórios ou secretarias, salvo se solicitados por advogado regularmente constituído por qualquer das partes, ou quando tiverem de ser remetidos aos órgãos competentes, em caso de recurso ou requisição."

Com isso, estabeleceu-se um conflito entre o art. 778 e o 901, já que este acha-se redigido nos seguintes termos:

"Art. 901. Sem prejuízo dos prazos previstos neste Capítulo, terão as partes vistas dos autos em cartório ou na secretaria."

Do exposto, conclui-se que, a rigor, o projeto está prejudicado, vez que o art. 778 já dispõe sobre a pretensão contida na proposição.

Considerando-se, porém, que o referido conflito vem provocando perplexidade entre os intérpretes e que o parágrafo único ora sugerido pelo autor do projeto teria o condão de quebrar a incongruência existente no corpo da CLT, somos levados a acatar a presente proposta.

Por outro lado, o projeto deve ser considerado constitucional, porque, por força do disposto no inciso I do art. 22 e no "caput" do art. 61 da Carta Magna, proposições relativas ao Direito do Trabalho constituem matéria da competência legislativa da União, plenamente franqueada à iniciativa de qualquer membro do Congresso Nacional.

Por essas razões, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 8.279, de 1986.

Sala de Comissão, em

Deputado EDESIO PASSOS - Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI Nº 8.279, DE 1986

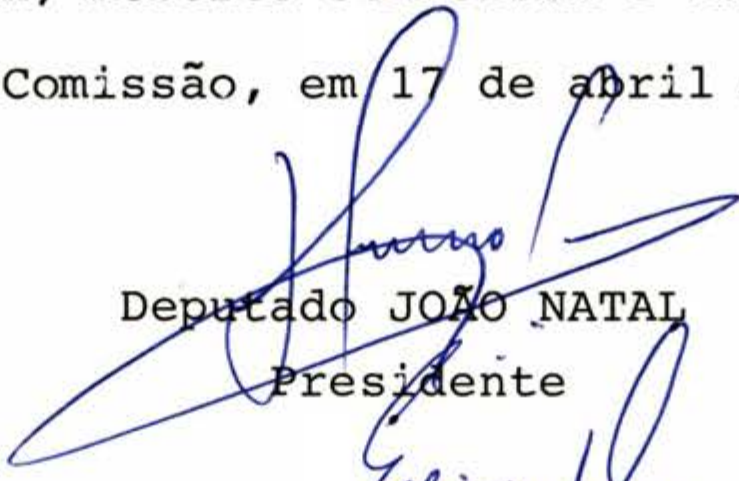
PARECER DA COMISSÃO


A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 8.279/86, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

João Natal - Presidente, Roberto Magalhães e Edevaldo Alves da Silva - Vice-Presidentes, Átila Lins, Benedito de Figueiredo, Ciro Nogueira, Cleto Falcão, José Burnett, Messias Góis, Paes Landim, Pedro Valadares, Toni Gel, João Rosa, José Dutra, José Luiz Clerot, José Thomaz Nonô, Luiz Carlos Santos, Mauri Sérgio, Mendes Ribeiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Renato Vianna, Wanda Reis, Vital do Rego, Oscar Travassos, Osvaldo Melo, André Benassi, Jutahy Júnior, Carlos Kayath, Nelson Trad, Rodrigues Palma, Edésio Passos, Hélio Bicudo, José Dirceu, Eduardo Braga, José Maria Eymael, João Mellão Neto, Luiz Piauhyllino, Flávio Rocha, Jesus Tajra, Carlos Benevides, Ivo Mainardi, Aroldo Góes, João de Deus Antunes, José Luiz Maia, Vasco Furlan, Roberto Jefferson e Eurides Brito.

Sala da Comissão, em 17 de abril de 1991


Deputado JOÃO NATAL
Presidente


Deputado EDESIO PASSOS
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO.

Projeto de Lei nº 8.279, de 1986.

"Acrescenta-se dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943".

Autor: Senado Federal

Relatora: Deputada Maria Laura.

I- Relatório:

O Nobre Senador Humberto Lucena, através do Projeto de Lei em tela, propõe acréscimo de parágrafo único ao artigo 901 da CLT, buscando propiciar aos procuradores das partes a vistas aos processos, retirando os autos do cartório ou secretaria.

O PL foi aprovado no Senado Federal e encaminhado à Câmara dos Deputados onde já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e Redação.

Conforme esclarece o autor em sua justificativa a redação do artigo 901 da forma como está fixa uma limitação inaceitável ao acesso dos advogados a vistas dos autos. Cita o autor, com razão que o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

advogado deve ter acesso aos autos para elaboração da defesa dos interesses do cliente e quando isso não acontece, cerceada estará tal defesa.

O Parágrafo único proposto reestabelece o livre acesso do advogado ao processo na medida em que permite ter vista dos autos fora do cartório ou da secretaria. Bem ressalva o dispositivo no caso de prazo comum para ambas as partes.

Voto:

Pelo exposto voto pela aprovação do presente Projeto de Lei.

Brasília, 25, setembro de 1991.


Dep. Maria Laura



COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 8.279/86

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela APROVAÇÃO do Projeto de lei nº 8.279/86, nos termos do parecer do Relator.

Estiveram presentes os seguintes senhores Deputados: Amaury Müller - Presidente, Carlos Alberto Campista, Jabes Ribeiro e Zaire Rezende - Vice-Presidentes, Ruben Bento, Marcelo Barbieri, Tidei de Lima, Beraldo Boaventura, Maria Laura, Paulo Paim, Paulo Rocha, Mauro Sampaio, Jair Bolsonaro, Mendes Botelho, Augusto Carvalho, Aldo Rebelo e Nilson Gibson.

Sala da Comissão, em 12 de dezembro de 1.991

Deputado AMAURY MÜLLER
Presidente

Deputado MARIA LAURA
Relator

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 8.279-A, DE 1986

(DO SENADO FEDERAL)

PLS 67/81

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa; e, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação.

(PROJETO DE LEI Nº 8.279, DE 1986, A QUE SE REFEREM OS PA
RECERES)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(*) PROJETO DE LEI N.º 8.279, DE 1986

(Do Senado Federal)

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

(Às Comissões de Constituição e Justiça e Redação; e de Trabalho.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 901 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 901.

Parágrafo único. Salvo quando estiver correndo prazo comum, aos procuradores das partes será permitido ter vista dos autos fora do cartório ou secretaria.”

Art 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 18 de setembro de 1986. — **José Fragelli**, Presidente.

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES*

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

(Aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943)

TÍTULO X

Do Processo Judiciário do Trabalho

CAPÍTULO VI

Dos recursos

Art. 901. Sem prejuízo dos prazos previstos neste capítulo, terão as partes vistas dos autos em cartório ou na secretaria.

(*) (Republica-se em virtude de novo despacho do Sr. Presidente — art. 2.º da Resolução n.º 6/89.)

SINOPSE

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 67/81

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

Apresentado pelo Senhor Senador Humberto Lucena.

Lido no expediente da Sessão de 22-4-81, e publicado no DCN (Seção II) de 23-4-81.

Distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

Em 11-3-83, é arquivado nos termos do art. 337/83, do RI.

Em 7-4-83, é incluído em Ordem do Dia o RQS n.º 331/83, de autoria do Senhor Senador Humberto Lucena, lido em 16-3-83, de desarquivamento do PLS n.º 67/81. É aprovado o RQS n.º 331/83, de desarquivamento do projeto.

Em 10-10-84 são lidos os seguintes pareceres:

N.º 591/84, da Comissão de Constituição e Justiça, relatado pelo Senador Guilherme Palmeira, pela constitucionalidade e juridicidade.

N.º 592/84, da Comissão de Legislação Social, relatado pelo Senhor Senador Hélio Gueiros, pela sua aprovação. É incluído em Ordem do Dia, digo, aguardando inclusão em Ordem do Dia.

Em 30-6-86, é incluído em Ordem do Dia. Aprovado, em 1.º turno.

Em 12-8-86, é incluído em Ordem do Dia. Aprovado, em 2.º turno. É aprovado o parecer do relator, oferecendo a redação final do projeto. É lido o Parecer n.º 897/86, da Comissão de Redação. Aguardando inclusão em Ordem do Dia.

Em 16-9-86, é incluído em Ordem do Dia. Aprovada a redação final. A Câmara dos Deputados, com o Ofício SM-n.º 568, de 18-9-86.
SM N.º 568

Em 18 de setembro de 1986

A Sua Excelência o Senhor Deputado

Haroldo Sanford

DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Senhor Primeiro Secretário,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados nos termos do art. 58 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado n.º 67, de 1981, constante dos autógrafos juntos, que "acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e mais distinta consideração. — Senador **Jorge Kalume**, Secretário adjunto.

RESOLUÇÃO N.º 6, DE 4 DE ABRIL DE 1989

Determina o arquivamento das proposições que menciona.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1.º Das proposições que se encontravam em tramitação no dia 4 de outubro de 1988, ficam arquivadas as seguintes, tenham ou não parecer:

a) as de iniciativa de deputados ou de Comissão permanente; e

b) as que, iniciadas na forma da alínea a, foram emendadas no Senado Federal.

Parágrafo único. Não estão sujeitos ao arquivamento os projetos que, embora na situação prevista no **caput** deste artigo, sofreram anexação de outros apresentados a partir de 5 de outubro de 1988.

Art. 2.º Fica facultado ao autor, no prazo de 30 (trinta) dias da promulgação desta Resolução, requerer o desarquivamento das proposições referidas no art. 1.º, caso em que se fará nova distribuição, mantendo-se, porém, o número original e sua procedência para todos os efeitos regimentais.

Art. 3.º As proposições da iniciativa de outros poderes ou do Senado Federal, que se encontravam em tramitação no dia 4 de outubro de 1988, serão remetidas à Mesa para efeito de redistribuição, considerando-se não inscritos os pareceres emitidos até aquela data.

Art. 4.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, 4 de abril de 1989. — Deputado **Paes de Andrade**, Presidente da Câmara dos Deputados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 8.279-A, DE 1986
(DO SENADO FEDERAL)

DISCUSSÃO, EM TURNO ÚNICO, DO PROJETO DE LEI Nº 8.279, DE 1986, QUE ACRESCENTA DISPOSITIVOS À CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, APROVADA PELO DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943; TENDO PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA (RELATOR: SR. EDÉSIO PASSOS); E DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, PELA APROVAÇÃO (RELATOR: SRA. MARIA LAURA).

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS,

DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

PASSA-SE À VOTAÇÃO.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EM VOTAÇÃO O PROJETO. —

Assinatura
03.7

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL.

Assinatura manuscrita em azul, com uma letra inicial grande e estilizada, seguida por uma série de traços fluidos.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

A MATÉRIA VAI À SANÇÃO.

Acrescenta dispositivos à
Consolidação das Leis do Trabalho,
aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452,
de 1º de maio de 1943.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 901 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

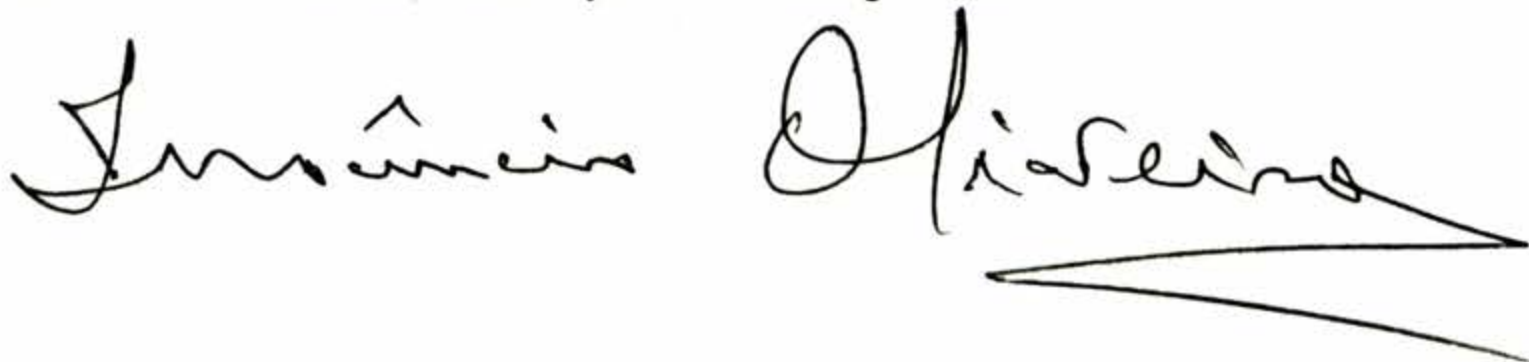
"Art. 901.

Parágrafo único. Salvo quando estiver correndo prazo comum, aos procuradores das partes será permitido ter vista dos autos fora do cartório ou secretaria."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, em 15 de março de 1993.



PS-GSE/ 33 /93

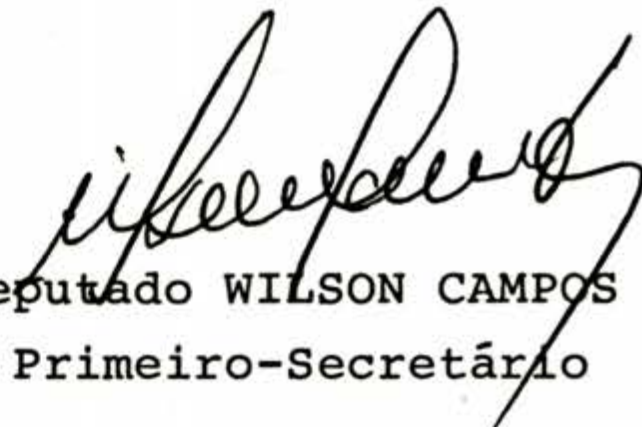
Brasília, 15 de março de 1993.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, a fim de que se digne levar ao conhecimento do Senado Federal, que a Câmara dos Deputados aprovou, sem emendas, o Projeto de Lei dessa Casa nº 8.279-B, de 1986 (nº 67, de 1981, na origem), que "acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".

Outrossim, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente,



Deputado WILSON CAMPOS
Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Senador JÚLIO CAMPOS
DD. Primeiro-Secretário do Senado Federal
N E S T A

Aprovado o projeto e a redação final. A matéria vai à sanção.

Em 03 de março de 1993.

Mozart



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 8.279-A, DE 1986

(Do Senado Federal)

PLS 67/81

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada Pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação.

(PROJETO DE LEI Nº 8.279, DE 1986, A QUE SE REFEREM OS PARECERES)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 901 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 901.

Parágrafo único. Salvo quando estiver correndo prazo comum, aos procuradores das partes será permitido ter vista dos autos fora do cartório ou secretaria.”

Art 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 18 de setembro de 1986. — José Fragelli, Presidente.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

(Aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943)

.....
TÍTULO X

Do Processo Judiciário do Trabalho

.....
CAPÍTULO VI

Dos recursos

.....

Art. 901. Sem prejuízo dos prazos previstos neste capítulo, terão as partes vistas dos autos em cartório ou na secretaria.

(*) (Republica-se em virtude de novo despacho do Sr. Presidente — art. 2.º da Resolução n.º 6/89.)

SINOPSE

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 67/81

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

Apresentado pelo Senhor Senador Humberto Lucena.

Lido no expediente da Sessão de 22-4-81, e publicado no DCN (Seção II) de 23-4-81.

Distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

Em 11-3-83, é arquivado nos termos do art. 337/83, do RI.

Em 7-4-83, é incluído em Ordem do Dia o RQS n.º 331/83, de autoria do Senhor Senador Humberto Lucena, lido em 16-3-83, de desarquivamento do PLS n.º 67/81. É aprovado o RQS n.º 331/83, de desarquivamento do projeto.

Em 10-10-84 são lidos os seguintes pareceres:

N.º 591/84, da Comissão de Constituição e Justiça, relatado pelo Senador Guilherme Palmeira, pela constitucionalidade e juridicidade.

N.º 592/84, da Comissão de Legislação Social, relatado pelo Senhor Senador Hélio Gueiros, pela sua aprovação. É incluído em Ordem do Dia, digão, aguardando inclusão em Ordem do Dia.

Em 30-6-86, é incluído em Ordem do Dia. Aprovado, em 1.º turno.

Em 12-8-86, é incluído em Ordem do Dia. Aprovado, em 2.º turno. É aprovado o parecer do relator, oferecendo a redação final do projeto. É lido o Parecer n.º 897/86, da Comissão de Redação. Aguardando inclusão em Ordem do Dia.

Em 16-9-86, é incluído em Ordem do Dia. Aprovada a redação final. A Câmara dos Deputados, com o Ofício SM-n.º 568, de 18-9-86.

SM N.º 568

Em 18 de setembro de 1986

A Sua Excelência o Senhor Deputado

Haroldo Sanford

DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Senhor Primeiro Secretário,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados nos termos do art. 58 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado n.º 67, de 1981, constante dos autógrafos juntos, que "acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e mais distinta consideração. — Senador Jorge Kalume, Secretário adjunto.

RESOLUÇÃO N.º 6, DE 4 DE ABRIL DE 1989

Determina o arquivamento das proposições que menciona.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1.º Das proposições que se encontravam em tramitação no dia 4 de outubro de 1988, ficam arquivadas as seguintes, tenham ou não parecer:

a) as de iniciativa de deputados ou de Comissão permanente; e

b) as que, iniciadas na forma da alínea a, foram emendadas no Senado Federal.

Parágrafo único. Não estão sujeitos ao arquivamento os projetos que, embora na situação prevista no **caput** deste artigo, sofreram anexação de outros apresentados a partir de 5 de outubro de 1988.

Art. 2.º Fica facultado ao autor, no prazo de 30 (trinta) dias da promulgação desta Resolução, requerer o desarquivamento das proposições referidas no art. 1.º, caso em que se fará nova distribuição, mantendo-se, porém, o número original e sua procedência para todos os efeitos regimentais.

Art. 3.º As proposições da iniciativa de outros poderes ou do Senado Federal, que se encontravam em tramitação no dia 4 de outubro de 1988, serão remetidas à Mesa para efeito de redistribuição, considerando-se não escritos os pareceres emitidos até aquela data.

Art. 4.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, 4 de abril de 1989. — Deputado **Paes de Andrade**, Presidente da Câmara dos Deputados.

**PARECER DA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

I - RELATÓRIO E VOTO DO RELATOR

O ilustre Senador Humberto Lucena propõe o acréscimo de parágrafo único ao art. 901 da Consolidação das Leis do Trabalho, com o objetivo de permitir aos procuradores das partes a retirada dos autos do cartório ou secretaria.

Na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, o Senador Hélio Gueiros, que pediu vista do processo, observou que, originariamente, a CLT não permitia a retirada dos autos da secretaria, mas que, através da Lei nº 6.598, de 1º de dezembro de 1978, deu-se nova redação ao art. 778, que passou a ostentar a seguinte redação:

"Art. 778. Os autos dos processos da Justiça do Trabalho não poderão sair dos cartórios ou secretarias, salvo se solicitados por advogado regularmente constituído por qualquer das partes, ou quando tiverem de ser remetidos aos órgãos competentes, em caso de recurso ou requisição."

Com isso, estabeleceu-se um conflito entre o art. 778 e o 901, já que este acha-se redigido nos seguintes termos:

"Art. 901. Sem prejuízo dos prazos previstos neste Capítulo, terão as partes vistas dos autos em cartório ou na secretaria."

Do exposto, conclui-se que, a rigor, o projeto está prejudicado, vez que o art. 778 já dispõe sobre a pretenção contida na proposição.

Considerando-se, porém, que o referido conflito vem provocando perplexidade entre os intérpretes e que o parágrafo único ora sugerido pelo autor do projeto teria o condão de quebrar a incongruência existente no corpo da CLT, somos levados a acatar a presente proposta.

Por outro lado, o projeto deve ser considerado constitucional, porque, por força do disposto no inciso I do art. 22 e no "caput" do art. 61 da Carta Magna, proposições relativas ao Direito do Trabalho constituem matéria da competência legislativa da União, plenamente franqueada à iniciativa de qualquer membro do Congresso Nacional.

Por essa razão, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 8.279, de 1986.

Sala de Comissão, em 17 de abril de 1991
Deputado EDESIO PASSOS - Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 8.279/86, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

João Natal - Presidente, Roberto Magalhães e Edevaldo Alves da Silva - Vice-Presidentes, Átila Lins, Benedito de Figueiredo, Ciro Nogueira, Cleto Falcão, José Burnett, Messias

Góis, Paes Landim, Pedro Valadares, Toni Gel, João Rosa, José Dutra, José Luiz Clerot, José Thomaz Nonô, Luiz Carlos Santos, Mauri Sérgio, Mendes Ribeiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Renato Vianna, Wanda Reis, Vital do Rego, Oscar Travassos, Osvaldo Melo, André Benassi, Jutahy Júnior, Carlos Kayath, Nelson Trad, Rodrigues Palma, Edésio Passos, Hélio Bícudo, José Dirceu, Eduardo Braga, José Maria Eymael, João Mellão Neto, Luiz Piauhyllino, Flávio Rocha, Jesus Tajra, Carlos Benevides, Ivo Mainardi, Aroldo Góes, João de Deus Antunes, José Luiz Maia, Vasco Furlan, Roberto Jefferson e Eurides Brito.

Sala da Comissão, em 17 de abril de 1991

Deputado JOÃO NATAL
Presidente

Deputado EDESIO PASSOS
Relator

**PARECER DA
COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

I - Relatório:

O Nobre Senador Humberto Lucena, através do Projeto de Lei em tela, propõe acréscimo de parágrafo único ao artigo 901 da CLT, buscando propiciar aos procuradores das partes a vistas aos processos, retirando os autos do cartório ou secretaria.

O PL foi aprovado no Senado Federal e encaminhado à Câmara dos Deputados onde já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e Redação.

Conforme esclarece o autor em sua justificativa a redação do artigo 901 da forma como está fixa uma limitação inaceitável ao acesso dos advogados a vistas dos autos. Cita o autor, com razão que o advogado deve ter acesso aos autos para elaboração da defesa dos interesses do cliente e quando isso não acontece, cerceada estará tal defesa.

O Parágrafo único proposto reestabelece o livre acesso do advogado ao processo na medida em que permite ter vista dos autos fora do cartório ou da secretaria. Bem ressalva o dispositivo no caso de prazo comum para ambas as partes.

II Voto DO RELATOR

Pelo exposto voto pela aprovação do presente Projeto de Lei.

Brasília, 25, setembro de 1991.

Dep. Maria Laura

III PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela APROVAÇÃO do Projeto de lei nº 8.279/86, nos termos do parecer do Relator.

Estiveram presentes os seguintes senhores Deputados: Amaury Müller - Presidente, Carlos Alberto Campista, Jabes Ribeiro e Zaire Rezende - Vice-Presidentes, Ruben Bento, Marcelo Barbieri, Tidei de Lima, Beraldo Boaventura, Maria Laura, Paulo Paim, Paulo Rocha,

Mauro Sampaio, Jair Bolsonaro, Mendes Botelho, Augusto Carvalho, Aldo Rebelo e Nilson Gibson.

Sala da Comissão, em 12 de dezembro de 1991

Amaury Müller
Deputado AMAURY MÜLLER
Presidente

Maria Laura
Deputado MARIA LAURA
Relator



REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 8.279-B, DE 1986

Acrescenta dispositivos à
Consolidação das Leis do Trabalho,
aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452,
de 1º de maio de 1943.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 901 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 901.

Parágrafo único. Salvo quando estiver correndo prazo comum, aos procuradores das partes será permitido ter vista dos autos fora do cartório ou secretaria."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1993.

Relator

EMENTA

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
(dispondo que aos procuradores das partes será permitido ter vista dos autos fora do cartório ou Secretaria).

ANDAMENTO

SENADO FEDERAL
(PLS 00067/81 - Sen. HUMBERTO
LUCENA - PMDB/PB)

Sancionado ou promulgado

Publicado no Diário Oficial de

Vetado

Razões do veto-publicadas no Diário Oficial de

MESA

Despacho: Às Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho.

PLENÁRIO

22.09.86

É lido e vai a imprimir.

DCN 23.09.86, pág. 9302, col. 02.

SOBRESTADO nos termos do Art.
7º do ATO DA MESA N.º 1/87
DCN de __/__/__, pág. __, col. __

Mesa - Art. 3º RCD 6/88

VIDE VERSO...

MESA

Despacho: Às Comissões de Constituição e Justiça e Redação; e de Trabalho.
(NOVO DESPACHO - Art. 3º da Resolução 6/89)

PLENÁRIO

28.06.89

É lido e vai 'a imprimir.

DCN 29.06.89, pág. 5800, col. 03.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

12.08.89

Distribuído ao relator, Dep. ROSÁRIO CONGRO NETO.

DCN 23.08.89, pág. 8411, col. 02.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

01.04.91

Distribuído ao relator, Dep. EDÉSIO PASSOS.

DCN ~~23~~ 01/05/91, pág. 5.100, col. 03

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

17.04.91

Aprovado unanimemente o parecer do relator, Dep. EDÉSIO PASSOS, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

DCN ____/____/____, pag.____, col.____

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

22.08.91

Distribuído à relatora, Dep. MARIA LAURA.

DCN 23/08/91, pág. 14876, col. 01

ANDAMENTO

25.09.91 COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Parecer favorável da relatora, Dep. MARIA LAURA.

12.12.91 COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Aprovado unanimemente o parecer favorável da relatora, Dep. MARIA LAURA.
DCN 28/04/92, pág. 7501 col. 01

22.05.92 PRONTO PARA A ORDEM DO DIA
É lido e vai a imprimir, tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação.
(PL. 8.279-A/86) DCN 20/05/92, pág. 9530 col. 01

03.03.93 PLENÁRIO
Discussão em Turno Único.
Encerrada a discussão.
Em votação o projeto: APROVADO.
Vai à Redação Final.

03.03.93 PLENÁRIO
Em votação a Redação Final oferecida pelo relator, Dep. NILSON GIBSON :APROVADA.
Vai à Sanção.
(PL. 8.279-B/86)

A SANÇÃO , ATRAVÉS DA MENSAGEM

MENSAGEM Nº 011 193

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS tem a honra de enviar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso Projeto de Lei, do Congresso Nacional; que "acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".

CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM 15 DE MARÇO DE 1993.

João Dória

Matéria enviada à sanção, com dispensa da Redação Final,
de nos termos do art. 195, § 2º, III, do Regimento Interno.

Acrescenta dispositivos à
Consolidação das Leis do Trabalho,
aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452,
de 1º de maio de 1943.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 901 da Consolidação das Leis do
Trabalho - CLT, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo
único:

"Art. 901.
Parágrafo único. Salvo quando estiver correndo prazo
comum, aos procuradores das partes será permitido ter vista
dos autos fora do cartório ou secretaria."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, em 15 de março de 1993.

Imênio Oliveira

PS-GSE/ 33 /93

Brasília, 15 de março de 1993.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, a fim de que se digne levar ao conhecimento do Senado Federal, que a Câmara dos Deputados aprovou, sem emendas, o Projeto de Lei dessa Casa nº 8.279-B, de 1986 (nº 67, de 1981, na origem), que "acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".

Outrossim, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente,



Deputado WILSON CAMPOS
Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Senador JÚLIO CAMPOS
DD. Primeiro-Secretário do Senado Federal
N E S T A

Imcãm.
2/13/93
41

Acrescenta dispositivos à
Consolidação das Leis do Trabalho,
aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452,
de 1º de maio de 1943.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 901 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 901.

Parágrafo único. Salvo quando estiver correndo prazo comum, aos procuradores das partes será permitido ter vista dos autos fora do cartório ou secretaria."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, em 15 de março de 1993.

Imcãm. Oliveira

828/93

Aviso nº 342 - C. Civil.

Brasília, 31 de março de 1993.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 8.279, de 1986, (nº 67/81, no Senado Federal), que se converteu na Lei nº 8.638, de 31 de março de 1993.

Atenciosamente,

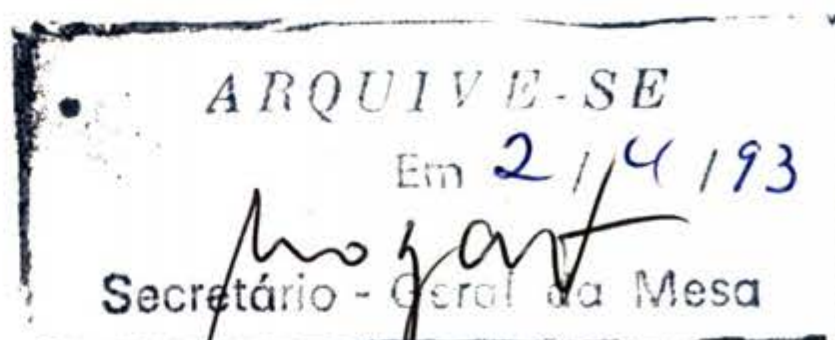
HENRIQUE EDUARDO FERREIRA HARGREAVES
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da
Presidência da República

PRIMEIRA SECRETARIA

Em 01/04/93. Ao Senhor
Secretário-Geral da Mesa

Deputado WILSON CAMPOS
Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Deputado WILSON CAMPOS
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
BRÁSÍLIA-DF.



Mensagem nº 150

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 66 da Constituição Federal, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que "Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 8.638, de 31 de março de 1993.

Brasília, 31 de março de 1993.




Aviso nº 342 - C. Civil.

Brasília, 31 de março de 1993.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 8.279, de 1986, (nº 67/81, no Senado Federal), que se converteu na Lei nº 8.638, de 31 de março de 1993.

Atenciosamente,


HENRIQUE EDUARDO FERREIRA HARGREAVES
Ministro de Estado, Chefe da Casa Civil da
Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor
Deputado WILSON CAMPOS
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
BRASÍLIA-DF.

Mensagem nº 150

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 66 da Constituição Federal, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que "Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 8.638, de 31 de março de 1993.

Brasília, 31 de março de 1993.

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Collor", with a horizontal line underneath it.

LEI Nº 8.638 , DE 31 DE MARÇO DE 1993.

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º O art. 901 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:


"Art. 901

Parágrafo único. Salvo quando estiver correndo prazo comum, aos procuradores das partes será permitido ter vista dos autos fora do cartório ou secretaria."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de março de 1993, 172º da Independência e 105º da República.



LEI Nº 8.638 , DE 31 DE MARÇO DE 1993.

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º O art. 901 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:


"Art. 901

Parágrafo único. Salvo quando estiver correndo prazo comum, aos procuradores das partes será permitido ter vista dos autos fora do cartório ou secretaria."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de março de 1993, 172º da Independência e 105º da República.



PS-GSE/ 115 /93

Brasília, 14 de abril de 1993

Senhor Secretário,

Encaminho a V. Ex^a, para aos devidos fins, o autógrafo do Projeto de Lei nº 8.279, de 1986 (nº 67/81, no Senado Federal), que "acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943", sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Atenciosamente,


Deputado WILSON CAMPOS
Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Senador JÚLIO CAMPOS
DD. Primeiro-Secretário do Senado Federal
N E S T A

12/12/91 (1)
AP, unân, 0
parier



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SENADO FEDERAL)

(PLS 67/81)

ASSUNTO:

Acrescenta (dispositivos) ^(parágrafo único ao art. 901) a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

NOVO DESPACHO: CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO = TRABALHO

À COM. DE CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO

em 29

de junho

de 19 89

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado Rosário CONGEO NETO, em 12/8 19 89

O Presidente da Comissão de Justiça e Redação

Ao Sr. Deputado Edesio Passos em 01.04.1991

O Presidente da Comissão de Justiça e de Redação *Harvey*

Ao Sr. Deputada Maria Paula, em 22/08/95

O Presidente da Comissão de Trabalho, de Adm. e Serviços Públicos

Ao Sr em 19

O Presidente da Comissão de _____

Age, Sex, _____, cm _____, 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de

Ag Sr em 19

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.
